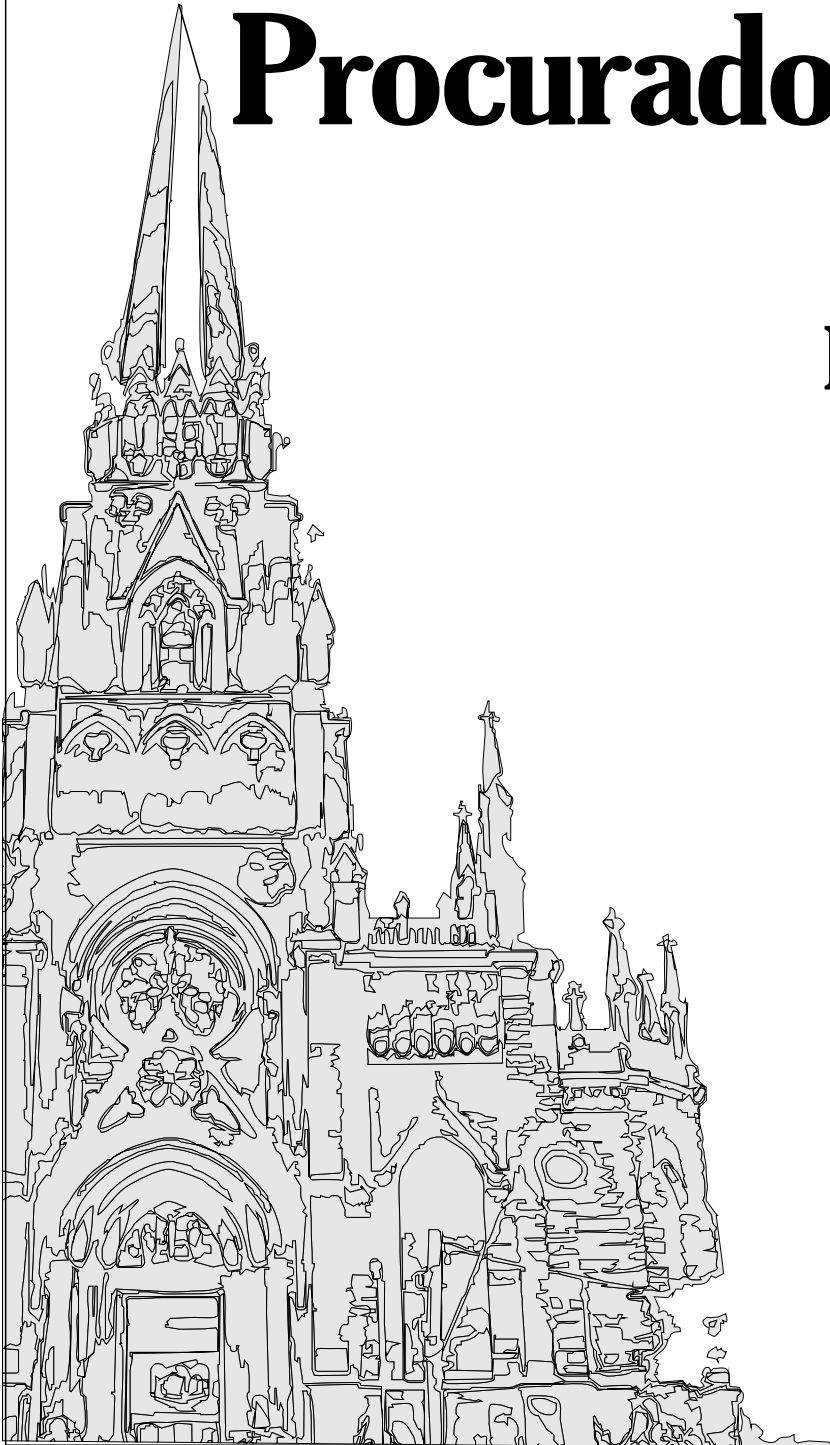


PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**Procurador Jurídico  
Municipal  
Nível Superior**

**PMP**



REALIZAÇÃO:

**FUNDAÇÃO  
DOM CINTRA**

**Caderno de Questões**

11.03.2012 - Tarde

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

**CONSUMISMO JOVEM**

- 1 Os jovens estão se endividando. Segundo pesquisa da Associação Comercial de São Paulo, 67% dos inadimplentes têm menos de 35 anos e 240% têm entre 26 e 30 anos.
- 2 Mais do que um levantamento estatístico ou curiosidade, tais números expressam uma realidade preocupante: a falta de educação para o consumo. Sem isso, o jovem compra acima de suas possibilidades e talvez prossiga nesse desequilíbrio quando for mais velho.
- 3 Além disso, essas pessoas não estão se endividando para comprar bens tecnológicos como computadores ou aparelhos que aumentem o conforto e a segurança no lar. Nada disso. Torraram dinheiro com roupas e calçados. O terceiro item da lista também é uma advertência, por si só: empréstimo pessoal.
- 4 A agiotagem é um dos negócios que mais se desenvolvem nos municípios brasileiros, com a oferta de dinheiro fácil, a juros extorsivos, para ávidos consumidores, principalmente das classes C e D.
- 5 Dever desde os primeiros anos de carteira de trabalho assinada é uma péssima tendência para o futuro. Hábitos de poupança não são estimulados nem valorizados aqui.
- 6 É evidente que todos querem consumir. Não há crime algum nisso, até porque, sem compras, não há produção nem empregos. A economia fica estagnada e o país caminha para trás. Certamente não defendo tal comportamento.
- 7 Mas o consumismo desenfreado é péssimo para as pessoas e para o ambiente e indica um descontrole que pode, sem trocadilho, custar muito caro.
- 8 Há situações que precipitam a inclusão do consumidor em listas de devedores. Desemprego e despesas inesperadas, provocadas por doenças, são totalmente compreensíveis. Planejar as compras, contudo, poderia evitar a maioria dos casos de inadimplência.
- 9 Prestações que “caibam no bolso”, sem verificação do quanto se paga a mais por essa aparente facilidade; crédito rotativo dos cartões; e empréstimos em geral, inclusive os consignados, são alguns dos caminhos mais rápidos para estourar os orçamentos pessoais e familiares.
- 10 Falta, também, uma lei que proíba a concessão de crédito sem exigência de garantias. Porque não há milagre em finanças. Se uma empresa não exige comprovação de renda e bens que garantam o empréstimo, só há uma explicação plausível: ela compensa o risco de calote cobrando juros de agiota.
- 11 Agiotagem é crime e não deveria ser permitida.

- 12 Antes de chegar à faixa etária que tem mais devedores na pesquisa da ACSp, jovens frequentam escolas e universidades. São orientados sobre os riscos do consumo de drogas, do tabagismo e do alcoolismo e para a importância de preservar o ambiente. Muitas vezes, têm aulas sobre cidadania, política e grandes desafios mundiais, como a escassez de água e as guerras religiosas. Por que não recebem mais subsídios sobre consumo consciente, não somente com foco ambiental, mas também em relação à proteção de seus bolsos e à aplicação do Código de Defesa do Consumidor?
- 13 Também nessa área é tolice imaginar que as autoridades resolvam tudo. Não solucionam nem problemas gravíssimos como filas nos corredores dos hospitais públicos e transporte coletivo superlotado ...
- 14 Os pais deveriam ajudar nesse processo educativo, mas, convenhamos, nem os adultos escapam do excesso de compras. Então, não é uma surpresa saber que os mais novos não conseguem pagar suas contas em dia.
- 15 Perder o crédito é um desastre para qualquer pessoa. Fecha as portas para a aquisição até de produtos fundamentais, totalmente necessários, como alimentos e medicamentos. Carimba os consumidores como devedores e isso tem repercussões em todos os segmentos da vida, inclusive o profissional.
- 16 Isso não pode, então, ser visto como mais uma tendência ou consequência da inclusão social. O papel aceita tudo. Fazer as contas e não assumir compromissos superiores à renda não é carece. É uma das condições para um futuro melhor, sem sobressaltos, sem cobradores e sem insônia. Não desejamos novas gerações repletas de devedores.

(DOLCI, Maria Inês. Folha de São Paulo. Folhainvest. 17/10/11, p. B8.)

1. Dos trechos abaixo extraídos do texto, aquele que contém a tese principal defendida pela autora é:
  - A) “A agiotagem é um dos negócios que mais se desenvolvem nos municípios brasileiros, com a oferta de dinheiro fácil, a juros extorsivos” (parágrafo 4);
  - B) “Dever desde os primeiros anos com carteira de trabalho assinada é uma péssima tendência para o futuro.” (parágrafo 5);
  - C) “Se uma empresa não exige comprovação de renda e bens que garantam o empréstimo, só há uma explicação plausível: ela compensa o risco de calote cobrando juros de agiota.” (parágrafo 10);
  - D) “Perder o crédito é um desastre para qualquer pessoa. Fecha as portas para a aquisição até de produtos fundamentais, como alimentos e medicamentos.” (parágrafo 15);
  - E) “Fazer as contas e não assumir compromissos superiores à renda não é carece, é uma necessidade. É uma das condições para um futuro melhor” (parágrafo 16).

## Procurador Jurídico Municipal - Nível Superior

2. No desenvolvimento do texto, a autora demonstra preocupação em relação a vários aspectos referentes aos hábitos de consumo dos jovens, entre os quais NÃO se enquadra o seguinte:
- A) os jovens estarem se endividando além de suas possibilidades, consumindo roupas e calçados e tomando empréstimo pessoal;
  - B) os jovens serem vítimas da agiotagem, com a oferta de dinheiro fácil, a juros extorsivos;
  - C) a falta de uma legislação que proíba a concessão de crédito sem exigência de garantias;
  - D) a ausência nos currículos escolares de subsídios sobre consumo consciente, com foco no controle das finanças e aplicação do Código de Defesa do Consumidor;
  - E) os jovens endividados terem de passar por problemas gravíssimos, como filas nos corredores dos hospitais públicos e transporte coletivo superlotado.
3. Com as frases “Isso não pode, então, ser visto como mais uma tendência ou consequência da inclusão social. O papel aceita tudo.” (parágrafo 16), a autora está afirmando que:
- A) a perda de crédito por excesso de consumo, impedindo que as pessoas possam comprar mercadorias indispensáveis à alimentação e à saúde, tende a repercutir no fenômeno de inclusão social das classes C e D;
  - B) o consumidor carimbado como devedor, independente do segmento social a que pertença, sofre desagradáveis consequências em sua vida, inclusive profissionalmente;
  - C) o consumismo desenfreado, que leva o jovem às listas oficiais de inadimplentes, não pode ser atribuído ao fenômeno da inclusão social das classes C e D, mas à falta de orientação sobre consumo consciente;
  - D) a inclusão social das classes C e D não tem nenhuma relação com o hábito desenfreado de consumo praticado pelos jovens, pois independente da ascensão social, estes consumiriam atraídos pelo crédito fácil;
  - E) a perda do crédito por inadimplência vem perseguindo os jovens que são consumidores compulsivos, a ponto de impedir que eles ascendam socialmente, se pertencem às classes C e D.
4. O parágrafo 5 está estruturado em dois períodos entre os quais parece não haver relação de sentido. A leitura dos dois períodos, entretanto, tomados na dimensão da leitura integral do texto, permite depreender que o segundo período exprime em relação ao primeiro o sentido de:
- A) proporcionalidade;
  - B) causalidade;
  - C) conclusão;
  - D) analogia;
  - E) consequência.
5. Na linha de argumentação desenvolvida pela autora, pode-se interpretar que o parágrafo 7 exprime em relação ao parágrafo 6 o sentido de:
- A) comparação;
  - B) meio;
  - C) modo;
  - D) oposição;
  - E) finalidade.
6. Na redação do período “Agiotagem é crime e não deveria ser permitida” (parágrafo 11) a autora omitiu elemento de coesão textual que poderia exprimir com mais clareza a relação de sentido entre as duas orações. Em cada uma das redações abaixo do referido período foi acrescentado elemento de coesão adequado à relação do sentido do texto, COM EXCEÇÃO DE:
- A) Agiotagem é crime, e, portanto, não deveria ser permitida.
  - B) Agiotagem é crime e, por isso, não deveria ser permitida.
  - C) Agiotagem é crime e não deveria ser permitida, pois.
  - D) Agiotagem é crime e, por conseguinte, não deveria ser permitida.
  - E) Agiotagem é crime e, em razão disso, não deveria ser permitida.
7. No trecho “Prestações QUE ‘caibam no bolso’” (parágrafo 9), observa-se que o pronome relativo em caixa alta substitui o substantivo que o antecede, relacionando sintaticamente os termos do período e dando coesão ao discurso. Dos pronomes destacados nos trechos abaixo extraídos do texto, aquele que NÃO substitui o termo indicado ao lado é:
- A) “Sem isso, o jovem compra acima de suas possibilidades e talvez prossiga NESSE desequilíbrio quando for mais velho.” (parágrafo 2) / a falta de educação para o consumo;
  - B) “Nada DISSO.” (parágrafo 3) / comprar bens tecnológicos ou aparelhos que aumentem o conforto e a segurança no lar;
  - C) “Não há crime nenhum NISSO” (parágrafo 6) / em consumir;
  - D) “mas também em relação à proteção de SEUS bolsos” (parágrafo 12) / dos jovens;
  - E) “Também NESSA área é tolice imaginar que as autoridades resolvam tudo.” (parágrafo 13) / os jovens receberem mais subsídios sobre consumo consciente.

8. No período “Falta, também, uma lei que proíba a concessão de crédito sem exigência de garantias” (parágrafo 10), a concordância verbal foi feita em consonância com a norma culta da língua. Das alterações feitas abaixo na redação do citado período, aquela em que está INCORRETA a concordância é:
- A) Faltam, também, leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
  - B) Parece também não existirem leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
  - C) Provavelmente, também não devem haver no país leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
  - D) Nota-se que inexistem, também, algumas leis que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
  - E) A rigor, também não existem no país leis rigorosas que proíbam a concessão de crédito sem exigência de garantias.
9. No trecho “mas também em relação à proteção de seus bolsos” (parágrafo 12), o acento indicativo da crase foi empregado corretamente. Das alterações feitas abaixo na redação da frase acima, aquela em que está INCORRETO o emprego do acento indicativo da crase é:
- A) mas também em relação à sua proteção e à de seus bolsos;
  - B) mas também em relação àquela proteção que é necessária à seus bolsos;
  - C) mas também em relação à mesma proteção de que seus bolsos necessitam;
  - D) mas também em relação à proteção segura que seus bolsos solicitam;
  - E) mas também em relação à igual proteção de seus bolsos e à que diz respeito ao CDC.
10. No trecho “Prestações que ‘CAIBAM no bolso’” (parágrafo 9), o verbo em caixa alta remete à questão da flexão dos verbos irregulares em português. Considerando-se esse fato da língua, em sua modalidade culta, pode-se afirmar que há flexão verbal INCORRETA na frase:
- A) Contenham-se em seus hábitos de consumo, para que não venham a arrepende-se mais tarde.
  - B) Os jovens contravieram às minhas ordens e fizeram dívidas impagáveis.
  - C) Se tu te dispuseres a educar-te em relação ao hábito de consumo, eu posso ajudar-te.
  - D) Se veres algum jovem consumindo exageradamente, aconselha-o a moderar-se.
  - E) Couberam aos jovens as tarefas mais “indigestas”: comprar roupas e calçados.

**HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PETRÓPOLIS**

11. O major Köeler, na história de Petrópolis, tem o seu nome associado aos seguintes fatos históricos, EXCETO:
- A) obtenção, por arrendamento, das terras da Fazenda do Córrego Seco;
  - B) elaboração da planta, junto com Paulo Barbosa, da “Povoação Palácio de Petrópolis”;
  - C) colocação das ações da Companhia de Petrópolis, criada por ele, na Bolsa de Valores;
  - D) instalação do Porto da Estrela, no fundo da baía de Guanabara;
  - E) construção da Estrada Normal da Serra da Estrela.
12. O clima úmido, a energia hidráulica e a mão de obra qualificada fizeram de Petrópolis, no período imperial, importante:
- A) polo têxtil;
  - B) colônia agrícola;
  - C) centro de floricultura;
  - D) área de vinicultura;
  - E) zona cafeeira.
13. O município de Petrópolis possui uma área de 774.606 Km<sup>2</sup> divididos em cinco distritos. A população segundo o último censo é de 277.816 habitantes (IBGE). Ao observar-se a distribuição dessa população pelo território constata-se que:
- A) o alto nível de vida presente no 3º distrito aliado ao turismo criaram no mesmo o maior adensamento populacional;
  - B) a fábrica de cerveja Itaipava atraiu um grande número de pessoas colocando o 5º distrito na dianteira da concentração populacional;
  - C) as indústrias, os estabelecimentos comerciais e os serviços contribuíram para a maior concentração estar no 1º distrito l;
  - D) a migração da população do 1º distrito para Pedro do Rio devido ao clima ameno e à vida calma, transformou o 4º distrito no espaço mais adensado de Petrópolis;
  - E) a reforma urbana promovida pelo Prefeito Rubens José De França Bomtempo em 2006 desenvolveu intensamente o distrito de Cascatinha, fazendo-o ficar em 1º lugar na concentração populacional.

## Procurador Jurídico Municipal - Nível Superior

14. Muitos moradores de Petrópolis em entrevista feita para um trabalho de Turismo, em 2010, afirmaram ser o rio Piabanha aquele que passa pela rua do Imperador. As respostas estavam incorretas, pois nesse trecho da cidade correm os rios:

- A) Quitandinha e Paquequer;
- B) Quitandinha e Palatino;
- C) Paquequer e Palatino;
- D) Paquequer e Bonfim;
- E) Bonfim e Palatino;

15. Leia o texto:

- Em extensão territorial é o maior dos cinco distritos que compõem o Município de Petrópolis. Nasceu às margens da estrada denominada Caminho Novo que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais. No século XVIII, seu núcleo central, a antiga fazenda Itamarati já constava na planta original que o colonizador Köeler fez daquela área.

O texto refere-se ao:

- A) 1º distrito: Centro;
- B) 2º distrito: Cascatinha;
- C) 3º distrito: Itaipava;
- D) 4º distrito: Pedro do Rio;
- E) 5º distrito: Posse

### ATUALIDADES

16. Em recente decisão no segundo semestre de 2011 acerca de concursos públicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, após julgar um Recurso Extraordinário, que os:

- A) aprovados em concursos públicos têm mera expectativa de direito de assumir o cargo considerando o número de vagas disponíveis;
- B) aprovados em concursos públicos têm direito a entrar em exercício no cargo considerando o número de vagas disponíveis;
- C) aprovados em concursos públicos têm direito a nomeação dentro do número de vagas disponíveis;
- D) candidatos em concursos públicos têm direito a devolução da taxa de inscrição em caso de não aprovação no certame;
- E) candidatos em concursos públicos têm o dever de conferir se há erros de digitação na prova antes de começar a fazê-la, não sendo aceitas reclamações posteriores.

17. A onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África em 2010-2011, visando a reformas democráticas e organizada e divulgada com a ajuda da internet e das mídias sociais, é conhecida como:

- A) Guerra do Iraque;
- B) Primavera Árabe;
- C) Intifada Árabe;
- D) Guerra dos 100 Dias;
- E) Revolta Grega.

18. O novo modelo de Segurança Pública e de policiamento, adotado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades, é conhecido como:

- A) Disque-denúncia;
- B) Plano de Segurança e Convivência Cidadã;
- C) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania;
- D) Unidade de Polícia Pacificadora;
- E) Unidade de Pronto Atendimento.

19. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi manchete nos jornais em outubro de 2011 porque:

- A) a Polícia Federal recebeu denúncia anônima informando que doze candidatos de uma escola em Manaus tiveram acesso à prova um dia antes de sua realização;
- B) houve suspeita de vazamento do tema da prova da redação do ENEM, uma vez que alunos de uma escola na Bahia souberam do tema pouco antes da realização da prova;
- C) alguns alunos de uma escola municipal em Petrolina-PE alegaram problemas na impressão da folha de respostas e da prova amarela;
- D) um colégio no Ceará distribuiu aos seus alunos, nas semanas anteriores à realização do exame, apostilas com dez questões iguais às que caíram nas provas do ENEM;
- E) suspeita-se que funcionários da gráfica onde foram impressas as provas do ENEM furtaram as mesmas e tentaram vendê-las a jornalistas antes da realização do exame.

20. No primeiro semestre de 2011, o Japão foi atingido por abalos sísmicos que provocaram explosões em uma usina de produção de energia nuclear. Tal acidente na usina representou um enorme prejuízo ao meio ambiente e à economia local, na medida em que:

- A) o vazamento de radiação nuclear afetou a fauna marinha da costa japonesa, contaminando assim os peixes, alimento muito consumido pela população do país;
- B) obrigou os japoneses a fazer racionamento de energia e a pensar fontes energéticas alternativas, além da nuclear e da solar, já existentes no país;
- C) fez reduzir a produção nacional de carros e conseqüentemente sua exportação para todo o mundo, tendo em vista a forte indústria automobilística presente no Japão e que emprega milhares de japoneses;
- D) a paralisação na produção de energia prejudicou a comercialização dessa energia com a China, bem como obrigou os japoneses a reativarem abandonadas usinas termoelétricas movidas a carvão, material poluidor por excelência;
- E) alterou a temperatura no país em cerca de 1,5º Celsius, o que prejudicou o crescimento das plantações de arroz e sua conseqüente comercialização no mercado internacional.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

21. Dentre as afirmações abaixo, a única que pode ser considerada como uma negação lógica de “se durmo tarde, então não acordo cedo”, é:
- A) Durmo tarde e acordo cedo;
  - B) Se não durmo tarde, então acordo cedo;
  - C) Durmo tarde ou não acordo cedo;
  - D) Acordo cedo porque dormi tarde;
  - E) Durmo tarde ou não acordo cedo.
22. No atual sistema brasileiro de emplacamento de veículos, no qual as placas possuem três letras e quatro algarismos, o número máximo de placas que podem existir, começadas pela letra J e terminadas pelo algarismo 0, é:
- A) 26 000;
  - B) 52 000;
  - C) 676 000;
  - D) 6 760 000;
  - E) 676 000 000.
23. Uma caixa contém um total de 70 lápis de cor. Destes, 20 são azuis, 10 são vermelhos, 15 são verdes, 5 são pretos e os restantes são amarelos. A menor quantidade de lápis que devemos retirar da caixa, com os olhos vendados, para que tenhamos a certeza de haver, pelo menos, 6 lápis de uma mesma cor, é:
- A) 6;
  - B) 12;
  - C) 15;
  - D) 26;
  - E) 36.
24. Para elaborarmos uma tabela-verdade representativa dos valores lógicos possíveis para a proposição composta  $(p \rightarrow q) \rightarrow \sim r$ , sendo p, q, r proposições lógicas simples, necessitaremos de uma quantidade de linhas igual a:
- A) 4;
  - B) 8;
  - C) 16;
  - D) 32;
  - E) 64.
25. No lançamento de dois dados cúbicos (comuns) distintos, um azul e outro vermelho, a probabilidade de obtermos dois números, cuja soma seja um múltiplo de 3, é, aproximadamente:
- A) 18%;
  - B) 20%;
  - C) 23%;
  - D) 28%;
  - E) 33%.

**LEGISLAÇÃO**

26. Segundo a lei nº 6646 de 31 de março de 2009, fica assegurada à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de criança ou adolescente portador de deficiência, a redução de:
- A) duas horas diária na carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração;
  - B) uma hora diária na carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração;
  - C) duas horas diária na carga horária semanal, com desconto da remuneração;
  - D) um dia de trabalho semanal, além da folga semanal, para acompanhar o portador de deficiência ao médico competente, sem prejuízo da remuneração;
  - E) três dias de trabalho mensal, além da folga semanal, para acompanhar o portador de deficiência ao médico competente, sem prejuízo da remuneração.
27. Acerca da carga horária especial, segundo a lei nº 6646 de 2009, analise as proposições abaixo:
- I. aplica-se à servidora pública que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela, criança ou adolescente portador de deficiência, não sendo necessária a comprovação da dependência.
  - II. faculta-se ao Poder Legislativo adotar o mesmo procedimento em relação às suas servidoras, podendo editar o competente Ato Administrativo interno, no âmbito de suas competências e atribuições.
  - III. a dispensa da jornada de trabalho da servidora pública, após ser concedida, só será revogada com a morte do portador de deficiência.
  - IV. fica a cargo do Município de Petrópolis elaborar avaliação, para as mães e responsáveis das pessoas portadoras de deficiência, especificando a necessidade de aplicação da carga horária reduzida.

Das proposições acima, as corretas são, apenas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) III e IV;
- D) I e III;
- E) II e IV.

## Procurador Jurídico Municipal - Nível Superior

28. Analise cada assertiva e verifique as falsas e verdadeiras, acerca da administração pública, segundo a constituição vigente:

- ( ) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- ( ) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- ( ) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
- ( ) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos;
- ( ) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, F, V, F, F;
- B) F, F, V, V, F;
- C) V, V, F, F, V;
- D) V, V, F, V, V;
- E) V, F, V, F, V.

29. Acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, segundo a Constituição da República, analise as proposições abaixo:

- I. piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- II. décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- III. jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- IV. proteção dos riscos inerentes ao trabalho, mediante incentivos para atividades insalubres.

Das proposições acima, as corretas são, apenas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) III e IV;
- D) I e IV;
- E) II e IV.

30. Analise cada item e verifique os falsos e verdadeiros, acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, segundo a constituição vigente:

- ( ) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- ( ) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- ( ) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- ( ) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dez anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- ( ) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, F, V, F, F;
- B) F, F, F, F, F;
- C) V, V, F, F, V;
- D) V, V, V, V, V;
- E) V, V, F, V, V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Leis complementares e Emendas à Constituição: para sua aprovação:
- A) aquelas requerem maioria simples; estas, maioria absoluta;
  - B) aquelas requerem maioria qualificada; estas, maioria absoluta;
  - C) tanto estas quanto aquelas requerem maioria absoluta;
  - D) estas requerem maioria simples; aquelas, maioria qualificada;
  - E) estas requerem maioria qualificada; aquelas, maioria absoluta.
32. Segundo a Constituição da República, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático:
- A) é crime inafiançável e imprescritível;
  - B) não é crime inafiançável, mas prescritível;
  - C) não é crime imprescritível, mas afiançável;
  - D) não é crime inafiançável, nem prescritível;
  - E) pode ser, ou não, crime imprescritível.
33. Nos termos da Constituição da República, solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado poderá ser desapropriado:
- A) pelo Estado ou pelo Município;
  - B) pelo Estado;
  - C) pela União;
  - D) pelo Município;
  - E) pela União ou pelo Estado.
34. Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão é da competência exclusiva do(a):
- A) Ministério das Comunicações;
  - B) Câmara dos Deputados;
  - C) Congresso Nacional;
  - D) Senado Federal;
  - E) Presidente da República.
35. Juiz de primeira instância; Supremo Tribunal Federal:
- A) ambos exercem o controle constitucional difusamente;
  - B) este exerce o controle constitucional difusamente; aquele, concentradamente;
  - C) aquele exerce o controle constitucional difusamente; este, concentradamente;
  - D) ambos exercem o controle constitucional concentradamente;
  - E) ambos exercem parcialmente o controle constitucional.
36. Após investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito, Câmara Municipal decide pela não entrega do resultado das investigações ao Ministério Público, entendendo não haver prova do crime, arquivando o procedimento. Na hipótese, a Câmara Municipal:
- A) agiu da forma como lhe faculta a Constituição da República;
  - B) deveria ter encaminhado o resultado das investigações ao Ministério Público, que é o único que pode afirmar se houve ou não crime;
  - C) deveria ter encaminhado o resultado das investigações ao Prefeito, que deve analisar o resultado;
  - D) deveria ter encaminhado o resultado das investigações ao juízo competente;
  - E) só poderia ter arquivado a resolução se houvesse anuência do Prefeito Municipal.
37. A competência para legislar sobre direito urbanístico é:
- A) exclusiva da União;
  - B) concorrente entre União, Estados e Municípios;
  - C) exclusiva dos Municípios;
  - D) suplementar dos Municípios;
  - E) concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
38. A incompetência absoluta, em Processo Civil:
- A) deve ser declarada de ofício pelo juiz, podendo ser alegada pelo interessado, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção;
  - B) só pode ser arguida por exceção;
  - C) deve ser declarada de ofício pelo juiz, e não pelo interessado;
  - D) deve ser declarada pelo juiz, podendo ser alegada pelo interessado unicamente por via de exceção;
  - E) deve ser alegada pelo interessado, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.
39. Defesa direta de mérito é a:
- A) afirmação do fato extintivo ou constitutivo do direito do réu;
  - B) negação do fato modificativo do direito do autor;
  - C) fato extintivo do direito do autor;
  - D) afirmação do direito do réu;
  - E) negação do fato constitutivo do direito do autor.
40. A denunciação da lide:
- A) possibilita a antecipação de tutela condenatória, antes mesmo de verificada a lesão ao direito;
  - B) possibilita a antecipação de tutela condenatória, desde que verificada a lesão ao direito;
  - C) não possibilita a antecipação de tutela condenatória, mesmo antes de verificada a lesão ao direito.
  - D) não possibilita a antecipação da tutela condenatória, conquanto verificada a lesão ao direito;
  - E) possibilita, facultativamente, a antecipação da tutela condenatória, desde que parcialmente verificada a lesão ao direito.



## Procurador Jurídico Municipal - Nível Superior

41. Empresa pública municipal é citada para responder a ação de indenização por danos materiais decorrentes de inadimplemento contratual. Na hipótese, ela terá, para recorrer, o prazo de:
- A) 30 dias, contados do protocolo do AR na empresa;
  - B) 15 dias, contados da juntada do mandado de citação;
  - C) 60 dias, contados da juntada do mandado de citação;
  - D) 15 dias, contados do recebimento, pelo Diretor da empresa, da citação;
  - E) 30 dias, contados da juntada do mandado de citação.
42. Associação de moradores de determinado bairro, formada há 6 (seis) meses, toma conhecimento de ato do Prefeito Municipal tendente a permitir a construção de rede de supermercado em local onde residiu famoso escritor cuja casa está em processo de tombamento. Na hipótese:
- A) deve ajuizar, antes da ação civil pública, ação cautelar de forma a impedir a construção do mercado;
  - B) pode ajuizar ação civil pública de forma a impedir a construção do mercado;
  - C) a associação não pode ajuizar ação civil pública, e nem mesmo ingressar como litisconsorte em eventual ação proposta por outro legitimado, por vedação legal;
  - D) pode noticiar os fatos a outro legitimado para a propositura de ação civil pública e ingressar como assistente no referido processo;
  - E) deve ingressar com ação de obrigação de não fazer em face do Município, de forma a não ser destruído o patrimônio público.
43. Hipótese de grave perturbação da ordem; hipótese de calamidade pública: o procedimento licitatório é:
- A) inexigível tanto nesta quanto naquela hipótese;
  - B) obrigatório tanto nesta quanto naquela hipótese;
  - C) dispensável tanto nesta quanto naquela hipótese;
  - D) dispensável naquela hipótese; nesta, é inexigível;
  - E) inexigível nesta hipótese; naquela, não.
44. As Secretarias de Município são, quanto à posição estatal, órgãos:
- A) independentes e superiores;
  - B) independentes;
  - C) superiores;
  - D) subalternos;
  - E) autônomos.
45. Decorre sempre da lei; é inderrogável: quanto ao ato administrativo:
- A) ambas as regras se aplicam à competência;
  - B) ambas as regras se aplicam à forma;
  - C) ambas as regras se aplicam à finalidade;
  - D) aquela regra se aplica à competência; esta, à forma;
  - E) esta regra se aplica à competência; aquela, à forma.
46. Ato praticado por autoridade pública que repercute em contrato administrativo do qual ela faz parte. Essa definição corresponde à hipótese de:
- A) fortuito interno;
  - B) fato do príncipe;
  - C) força maior;
  - D) fato da administração;
  - E) distrato.
47. De acordo com a maioria da doutrina administrativista, a responsabilidade do Estado por leis de efeitos concretos é:
- A) supletiva;
  - B) integral;
  - C) subsidiária;
  - D) subjetiva;
  - E) objetiva.
48. De acordo com a Constituição da República, é exemplo de controle político exercido pelo Poder Legislativo:
- A) a competência exclusiva do Congresso Nacional e do Senado para apreciar a priori ou a posteriori os atos do Poder Executivo;
  - B) a convocação de Ministro do STF para prestar informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;
  - C) o encaminhamento de pedidos escritos de informação, a Ministros do Estado, que deverão responder no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de crime de responsabilidade;
  - D) a competência da Câmara dos Deputados para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade;
  - E) a competência do Senado Federal para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.
49. A Lei 4724/90 criou a função de Ouvidor do Povo, a respeito do qual se pode afirmar, com base na Lei Orgânica do Município de Petrópolis, que:
- A) o seu ocupante deve perceber 1/3 (um terço) dos vencimentos de um Vereador, descontadas as verbas parlamentares, sendo no mínimo de um salário-mínimo;
  - B) o seu ocupante é escolhido entre cidadãos com mais de 25 (vinte e cinco) anos de idade;
  - C) o seu ocupante deve residir no Município por pelo menos 5 (cinco) anos;
  - D) o seu ocupante é eleito pela maioria absoluta de votos dos membros da Câmara Municipal, para um mandato de 2 (dois) anos, com direito à reeleição;
  - E) a eleição do seu ocupante será realizada pelos Vereadores até o trigésimo dia útil após a criação da função, em sessão pública e por votação secreta.

## Procurador Jurídico Municipal - Nível Superior

50. O imposto específico sobre os acréscimos patrimoniais decorrentes de heranças e de doações é da competência:
- A) dos Municípios;
  - B) dos Estados da Federação;
  - C) dos Estados e dos Municípios;
  - D) da União e dos Estados;
  - E) da União e dos Municípios.
51. O exame da lei tributária que define infrações, ou prevê penalidades para o acusado, interpreta-se, em caso de dúvida quanto à punibilidade, da maneira:
- A) menos favorável ao réu;
  - B) mais favorável ao réu;
  - C) mais favorável aos Estados e Municípios;
  - D) mais favorável à União, Estados Federados, Municípios e Distrito Federal;
  - E) menos favorável à União.
52. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a redução temporária da jornada de trabalho de pessoal é:
- A) obrigatória, com adequação dos vencimentos à nova carga horária;
  - B) obrigatória, conquanto sem redução dos vencimentos à nova carga horária;
  - C) proibida;
  - D) facultada, com adequação dos vencimentos à nova carga horária;
  - E) opcional, com ou sem adequação dos vencimentos à nova carga horária.
53. A mulher:
- A) pode trabalhar em locais perigosos, mas não em insalubres ou penosos;
  - B) não pode trabalhar em locais perigosos, insalubres ou penosos;
  - C) pode trabalhar em locais perigosos, insalubres ou penosos;
  - D) pode trabalhar em locais insalubres, mas não em perigosos ou penosos;
  - E) pode trabalhar em locais penosos, mas não insalubres ou perigosos.
54. As cláusulas obrigacionais das normas coletivas de trabalho podem ser:
- A) parcialmente típicas;
  - B) nem típicas nem atípicas;
  - C) típicas;
  - D) atípicas;
  - E) típicas e atípicas.
55. Havendo condenação em reclamação trabalhista proposta por empregado que trabalhou, por meio de empresa terceirizada, em uma fundação municipal, esta poderá ser executada de maneira:
- A) subsidiária, havendo prova de culpa quanto à não fiscalização;
  - B) solidária, havendo prova da culpa quanto à não fiscalização;
  - C) exclusiva, havendo prova da culpa quanto à não fiscalização;
  - D) subsidiária, resultante do próprio inadimplemento;
  - E) solidária, resultante do próprio inadimplemento.



ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

1. Você está recebendo do Fiscal de Sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
2. Confira o Caderno de Questões. Verifique se estão impressas as 55 (cinquenta e cinco) questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E). Verifique ainda se a numeração das questões está distribuída de acordo com o Edital:  
**01 a 10 - Língua Portuguesa;**  
**11 a 15 - História e Geografia de Petrópolis;**  
**16 a 20 - Atualidades;**  
**21 a 25 - Raciocínio Lógico;**  
**26 a 30 - Legislação;**  
**31 a 55 - Conhecimentos Específicos.**
3. Verifique em seguida seus dados na Folha de Respostas: nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento. Qualquer irregularidade comunique de imediato ao Fiscal de Sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A prova terá duração de 4 horas, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.
5. Leia atentamente cada questão e assinale na Folha de Respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. Esta será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas e sua respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Observe as seguintes recomendações relativas à Folha de Respostas:  
A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;  
Outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição da Folha de Respostas. Será atribuída nota zero às questões:
  - não assinaladas;
  - com falta de nitidez;
  - com mais de uma alternativa assinalada;
  - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
7. O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do Coordenador de Local.
8. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotações durante a prova no Caderno de Questões.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início das provas.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
12. Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal de Sala a Folha de Respostas e o Caderno de Questões. Não é permitido ao candidato, após terminar a prova, levar o Caderno de Questões.

**Boa Prova!**

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DE SUAS RESPOSTAS

1	6	11	16	21	26	31	36	41	46	51
2	7	12	17	22	27	32	37	42	47	52
3	8	13	18	23	28	33	38	43	48	53
4	9	14	19	24	29	34	39	44	49	54
5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55